

APRESENTAÇÃO

DE UMA GERAÇÃO A OUTRA: A DIMENSÃO EDUCATIVA DOS PROCESSOS DE TRANSMISSÃO INTERGERACIONAL

A educação é a ação exercida pelas gerações adultas sobre aquelas que ainda não se encontram preparadas para a vida social; tem por objeto suscitar e desenvolver na criança um certo número de estados físicos, intelectuais e morais reclamados pela sociedade política, no seu conjunto, e pelo meio especial a que a criança, particularmente, se destina. (...) No homem [diferentemente do que acontece entre os animais], as aptidões de todo o gênero que a vida social pressupõe são muito complexas para (...) materializarem-se sob a forma de predisposições orgânicas. *Disso se depreende que elas não podem ser transmitidas de uma geração a outra por meio da hereditariedade. É pela educação que se faz a transmissão.* (Durkheim [1922], 1978, p. 41)

Assim foi definida a educação e sua função social por um dos fundadores da Sociologia, Émile Durkheim (1858-1917), no livro *Sociologie et éducation*, publicado postumamente, em 1922, cujos capítulos foram escritos entre 1903 e 1911. E, apesar das controvérsias em torno desta obra (algumas podem ser identificadas mesmo neste breve trecho, como o papel passivo das gerações mais jovens ou as implicações políticas de uma educação, que deveria preparar os indivíduos para “destinos sociais” diferentes ou desiguais, em função da especialização crescente do trabalho na sociedade capitalista), não resta dúvida de que nela se encontram expressas também as bases para que a educação seja considerada uma prática social, ou melhor, um *fenômeno eminentemente social*, cuja compreensão, portanto, passaria pelo seu estudo sociológico. Nesse sentido, Durkheim afirma que, “quando estudamos historicamente a maneira como são formados e desenvolvidos os sistemas de educação, percebemos que eles dependem da religião, da organização política, do grau do desenvolvimento da ciência,

do estado da indústria, etc. Se os desligamos de todas essas causas históricas, esses se tornam incompreensíveis” (Durkheim, op. cit., p. 32). Portanto, apesar de se tratar de um texto historicamente datado, ele ainda traz contribuições apreciáveis para o estudo dos processos educativos, em especial para a sociologia da educação. Mais especificamente, o trecho acima citado relaciona alguns aspectos fundamentais para se compreender a proposta do dossiê “De uma geração a outra”, bem como sua publicação pela revista *Educação & Sociedade*.

A definição durkheimiana de educação indica que esta constitui uma ação desenvolvida entre gerações, por meio da qual se busca transmitir aos mais jovens um conjunto de “estados físicos, intelectuais e morais”, exigidos por determinada sociedade, em função da sua organização econômica, política, religiosa etc. Uma vez que os modos de ser e de viver não são transmitidos pela hereditariedade genética, faz-se necessário, então, um trabalho sistemático de socialização que garanta, de uma geração a outra, a preparação dos “cidadãos requeridos” para configurações sociais específicas. Portanto, essa perspectiva atribuiu um papel de destaque, no interior das relações intergeracionais, para a dimensão educativa ou socializadora. E o objetivo central deste dossiê foi justamente colocar em evidência as mediações existentes entre estes dois fenômenos de caráter social: a educação e a “sucessão das gerações”. Para tanto, foram reunidos autores de diversas universidades brasileiras e do exterior, que, partindo de interrogações e métodos diversos, têm em comum o fato de se debruçarem sobre a análise de variados processos de transmissão intergeracional. Nesse sentido, a diversidade que caracteriza os estudos aqui apresentados não deve ser interpretada como consequência de escolhas aleatórias, pelo contrário, trata-se do resultado de um esforço para ampliar o escopo de análise dos processos educativos, lançando mão da perspectiva geracional. Na realidade, o dossiê, no seu conjunto, poderia ser entendido em um duplo movimento: de um lado, há o exercício de definição do fenômeno geracional como uma situação social específica e a explicitação dos modos como determinadas transformações estruturais impactam as relações entre gerações; de outro, temos a extensão dos fenômenos educativos para cenários que ultrapassam a escola e a educação formal (embora não as desconsiderem), atingindo múltiplos modos de transmissão intergeracional, bem como variadas formas de herança, em diferentes ciclos da vida, da infância à velhice. Isso posto, os artigos que compõem o

dossiê podem ser pensados como análises de três “grandes fenômenos”, os quais, nas últimas décadas, têm modificado as relações entre gerações de diferentes grupos sociais no Brasil e, conseqüentemente, alterado também suas práticas educativas ou socializadoras: (i) as transformações no modo de produção capitalista e na forma de os indivíduos se relacionarem com o trabalho; (ii) a expansão do sistema de ensino; (iii) o aumento da longevidade da população. Os artigos foram organizados a partir dessa “ordem temática”, com exceção do primeiro, que constituiu um exercício de discussão teórica sobre as relações entre gerações e educação.

Assim, o artigo “Transmitir e herdar: o estudo dos fenômenos educativos em uma perspectiva intergeracional”, de minha autoria, que inicia o dossiê, apresenta uma discussão sobre os desafios teórico-metodológicos que devem ser enfrentados pelos pesquisadores, tendo em vista definir com precisão quais grupos podem ou não ser tomados como gerações, bem como sobre o papel fundamental exercido pela socialização no desenvolvimento da dinâmica intergeracional. Logo, o artigo procura adensar o argumento de que a abordagem geracional pode potencializar as pesquisas que assumem como objeto de investigação a educação, especialmente as análises sociológicas dos fenômenos educativos.

Na sequência, dois artigos tratam das transformações ocorridas nas relações de trabalho no Brasil, em dimensões diferentes: primeiramente, Adriana Carnielli de Lima e Ana Maria F. Almeida apresentam, no artigo “Permanências e mutações na definição intergeracional do trabalho infantil”, uma discussão inédita sobre o trabalho infantil, na qual destacam a percepção de famílias de grupos populares sobre o significado do trabalho realizado pelas crianças. O estudo aponta que os pais procuram adiar a entrada dos filhos em ocupações remuneradas, muitas vezes motivados pela própria legislação, que proíbe o trabalho infantil, como pelo discurso corrente de condenação dessa prática. Entretanto, tal posição é perpassada por sentimentos ambíguos, cuja origem pode ser encontrada na história social das gerações familiares estudadas e no “lugar” ocupado pelo trabalho nas práticas de socialização desse grupo social.

Em seguida, o artigo “Ruptura geracional induzida e estratégias de gestão: a experiência nas montadoras do sul fluminense”, de Marco Aurélio Santana, aponta para uma discussão pouco comum no interior

dos estudos geracionais: o uso das diferenças entre gerações de trabalhadores como estratégia para minar o potencial identitário e coletivo dos trabalhadores. Trata-se de uma “ruptura geracional induzida” por alguns métodos de gestão de mão de obra, que, evidentemente, guarda relação com as mudanças objetivas ocorridas no setor industrial, mas é acentuada nos locais de trabalho, tendo em vista aumentar os pontos de atrito entre diferentes gerações de operários. Entretanto, como o autor demonstra, os estranhamentos e as disputas fomentadas pelas diferenças nos modos de se conceber a condição operária não chegam a render os resultados políticos esperados pelas empresas.

Graziela Perosa apresenta, em seguida, um texto que pode ser entendido como uma transição entre o debate inicial (sobre a socialização para o trabalho entre diferentes gerações) e a discussão dos efeitos da expansão do sistema de ensino brasileiro. Isso porque, no artigo “A passagem pelo sistema de ensino em três gerações”, a autora discute a ampliação do acesso ao ensino superior, abarcando também os processos que possibilitam a ocupação de determinadas posições profissionais, adensando tal análise com as variáveis de origem social e gênero. O estudo explicita os investimentos educativos realizados por famílias de um grupo social privilegiado, demonstrando como diferentes gerações dessas famílias fizeram da passagem pelo sistema de ensino uma forma de distinção social.

Finalmente, o dossiê é concluído com as contribuições de dois artigos que tratam, em dimensões complementares, dos efeitos do aumento da longevidade da população brasileira, tanto no plano macrossocial (sobretudo das políticas públicas) quanto nas microinterações sociais (com ênfase sobre as relações familiares). Os velhos e a velhice ainda são pouco tematizados nos estudos da área da educação, no entanto este grupo etário tende a fortalecer sua presença na agenda acadêmica (e política), em função do crescimento contínuo dessa parcela da população.

Assim, primeiramente, Ana Maria Goldani discute, no artigo “Desafios do ‘preconceito etário’ no Brasil”, as contradições inerentes às políticas públicas que definem seu público-alvo por meio do critério etário. Nesse sentido, a autora chama a atenção para a necessidade de que a discriminação por idade seja compreendida como parte das múltiplas formas de discriminação experimentadas pelos indivíduos. E, portanto, faz-se necessário, de um lado, que se produzam pesquisas capazes

de analisar as práticas de discriminação etária em sua complexidade – exercício intelectual realizado por Ana Goldani nesse artigo – e, de outro, que estas sejam combatidas por meio de programas educativos e intervenções do poder público.

A longevidade da população, entretanto, apresenta outros desafios aos pesquisadores, sendo que alguns deles se encontram fortemente associados às relações familiares. No artigo “A família multigeracional e seus personagens”, Alda Britto da Motta analisa, a partir de um conjunto de pesquisas qualitativas, os conflitos vivenciados em famílias que convivem, muitas vezes em um mesmo domicílio, com membros de até quatro gerações familiares diferentes, com ênfase sobre dois segmentos geracionais: os “muito idosos”, que podem chegar à condição de centenários, e os “idosos jovens”, filhos dos primeiros, que, além de se tornarem seus cuidadores, muitas vezes se encontram comprometidos em oferecer apoio (afetivo e material) aos seus próprios filhos e netos. Assim, diante dessas novas configurações familiares, diferentes gerações são ressocializadas, criando novas atuações sociais e ressignificando os sentidos atribuídos à condição de ser velho em nossa sociedade.

Os artigos que compõem este dossiê demonstram, primeiramente, como a abordagem geracional pode ser mobilizada na compreensão de diferentes dimensões da realidade social, tais como a mobilidade social, as transformações no papel do Estado, os comportamentos migratórios e seus efeitos, a aquisição de saberes e atitudes sobre a escola, o trabalho ou a política, entre outras. Em segundo lugar, os artigos explicitam, por meio de variadas pesquisas, que a educação, em suas diferentes modalidades (familiar, escolar, religiosa, comunitária, associativa, política etc.), faz parte do conjunto de processos sociais que estruturam o fenômeno geracional, condicionando os modos de transmissão de determinados comportamentos, atitudes e valores de uma geração a outra. E, ao mesmo tempo, como prática social, a educação também é condicionada por outras dimensões determinantes na configuração das relações intergeracionais de uma dada sociedade, tais como a organização econômica e política, a expansão e diversificação do sistema de ensino, as mudanças no mercado de trabalho etc.

Assim, a educação, como de alguma forma já afirmara Durkheim, possui um lugar de fundamental importância nas possibilidades e nos limites de se transmitir, de uma geração a outra, determinados modos

de viver, de pensar, de sentir, de interpretar o mundo e suas hierarquias. Não sendo, contudo, autônoma em relação a outras dimensões das interações sociais. Esperamos que a leitura deste dossiê sirva como uma aproximação da abordagem geracional e, ao mesmo tempo, como um convite aos pesquisadores da área da educação para a ampliação das possibilidades de análise deste fenômeno, por princípio multifacetado, a partir da consideração das relações intergeracionais.

KIMI TOMIZAKI
(Organizadora)

Referência

DURKHEIM. E. *Educação e sociologia*. São Paulo: Melhoramentos, 1978.